

A LITERATURA MACAENSE EM LÍNGUA PORTUGUESA: RUPTURA OU CONTINUIDADE?

Maria Antónia ESPADINHA¹

RESUMO

Este trabalho questiona a legitimidade de classificar como literatura colonial a literatura macaense de língua portuguesa do tempo em que Macau estava sob administração portuguesa, criação de euro-asiáticos de ascendência portuguesa que nunca se terão considerado colonizados. Do mesmo modo, e não tendo havido movimentos independentistas nem conquista ou proclamação de independência, mas mera transferência de Poder, não deverá considerar-se a produção literária dos primeiros anos do século XXI como uma literatura pós-colonial. Diferente é o caso da literatura produzida por autores portugueses que em Macau exercem ou exerceram funções.

PALAVRAS-CHAVE: macaense, literatura colonial, literatura pós colonial, literatura macaense, literatura de Macau.

Será legítimo falar de literatura colonial ou pós-colonial a propósito da literatura macaense (ou literatura de Macau) em língua portuguesa?

Embora Macau tenha, durante alguns séculos, sido considerado como uma colónia portuguesa, parece-nos legítimo afirmar que nem os portugueses nem os chineses ali residentes alguma vez aceitaram pacificamente essa designação.

O estatuto de Território Chinês sob Administração Portuguesa que Macau viria a assumir a partir de 1976, aquando da publicação do “Estatuto Orgânico de Macau”, parece mais adequado à realidade que ali se viveu.

Os chineses de Macau nunca terão aceitado o estatuto de colonizados. Estavam na sua terra, eram filhos duma civilização superior, milenar, e era com manifesta contrariedade que se viam governados por um estrangeiro que nem sequer falava chinês e usava os serviços de um mestiço para comunicar com a população. A presença de um Mandarim, representante do Imperador, atenuaria este desagrado, mas haveria também

¹ Universidade de Macau, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Português, Av. Padre Tomás Pereira, Taipa, Macau, China. E-mail: mariaee@umac.mo.

de ter algumas consequências menos agradáveis : a população não gostava de pagar impostos ao governo português, nem gostava de obedecer a certas leis e regras que lhe pareciam muito estranhas...

A designação e o estatuto de colónia não eram também muito do agrado da população euro-asiática que ali surgiu e se desenvolveu, adoptando para si mesma a designação de “filhos da Terra”. Trata-se da comunidade mais conhecida como “Macaense”. Não eram colonizadores nem colonizados: estavam “em casa”.

Literatura Macaense e/ou Literatura de Macau.

Há quem considere que se trata de uma e a mesma coisa. Contudo, adoptamos a opinião daqueles que consideram que existe uma diferença: Literatura Macaense incluirá os textos produzidos por autores macaenses, filhos da terra, ou seja, por euro(luso)-asiáticos, descendentes de famílias que, regra geral, começaram com o casamento de um português com uma asiática, em geral goesa, malaquenha ou malaia, mais raramente chinesa...

A Literatura de Macau, essa, será toda a literatura produzida em Macau, quer os seus autores sejam portugueses, macaenses ou de qualquer outra nacionalidade.

Falamos apenas da literatura em língua portuguesa, o que faz alguma diferença e põe alguns limites.

Interessaria muito ter acesso à literatura certamente mais vasta, escrita em língua chinesa. Infelizmente muito pouco tem sido traduzido do chinês para o português, no que se refere à prosa literária. É conhecida apenas uma antologia de contos, “Sete Estrelas”, mas na realidade trata-se de um conjunto de crónicas, da autoria de sete jornalistas chinesas. O livro foi publicado em 1998, ou seja, há dez anos.

Sobre a ausência de escrita de autores chineses sobre Macau, não é despicienda a opinião de Henrique de Senna Fernandes, advogado, escritor e figura de prestígio da comunidade Macaense, em entrevista a Inácia de Moraes, em 2005, na qual afirma: “Os chineses de Macau não têm procurado escrever o Macau chinês, o lado deles. Não há nenhum chinês que escrevesse sobre o viver de Macau do ponto de vista de um chinês, as referências às ruas, às histórias, à História de Macau. (Tenho curiosidade em saber como é que os chineses identificam Macau, como cidade europeia ou chinesa?)”.

No campo da poesia, haveria a mencionar os poemas de Manuel Yao, aliás, Yao Feng, aliás Yao Jing Ming, um poeta de reconhecido mérito, residente de Macau mas originário da RPC.

Neste trabalho referiremos tanto a literatura Macaense como a literatura de Macau, pois, na realidade, é nesta última, ou em parte dela, que podemos encontrar mais claramente características daquilo a que podemos chamar “literatura colonial”. No entanto devemos dizer que Macau apresenta algumas especificidades também neste aspecto, ou seja, na sua literatura.

J.C. Venâncio (2005: 23) associa Macau a um fenómeno que assinala a propósito dos escritores oriundos do espaço colonial luso-atlântico onde a miscigenação cedo se fez sentir e que hoje em dia se valoriza muito mais “em função do contexto lusófono do que propriamente dos respectivos contextos nacionais”.

Pelo que se refere a escritores macaenses, consideraremos especialmente a obra de Henrique de Senna Fernandes, actual decano das letras macaenses, autor duma obra significativa, embora não muito extensa, que se nos revela impregnada de regionalismo, evocativa de cenas locais, vividas, que acabam por remeter para um universalismo que se insere claramente nas tendências que a globalização tem vindo a favorecer.

Consideraremos também a obra da primeira mulher escritora de Macau, Deolinda da Conceição.

A Literatura Macaense e as outras literaturas de expressão portuguesa.

Em relação às outras literaturas de países de língua oficial portuguesa, a literatura de Macau (literatura Macaense) apresenta características que a posicionam de forma completamente diferente da maioria das outras, especialmente das literaturas africanas, nas quais é perceptível o discurso próprio do tempo colonial e, mais recentemente, o marcado discurso pós-colonial onde, após a euforia da(s) independência(s), os autores se voltam para os problemas das sociedades em que vivem, questionam as suas tradições, o estatuto da mulher, a vida e a morte, a memória e o futuro. A literatura macaense de expressão portuguesa não é marcada por um discurso colonial, especialmente se considerarmos os autores macaenses de língua portuguesa que produziram ou ainda produzem textos de ficção narrativa. Neste grupo, não consideraremos Luís Gonzaga Gomes, cuja obra é de cariz marcadamente socio-antropológico e folclórico, nem José dos Santos Ferreira (Adé), mais conhecido como poeta ou autor dramático, e cuja obra se centra claramente na defesa do crioulo de Macau (patuá ou língua maquista).

A nossa atenção voltar-se-á, como atrás se disse, para Henrique de Senna Fernandes e Deolinda da Conceição, macaenses luso descendentes, autores de contos, crónicas (Deolinda) e romances (Senna Fernandes).

Deolinda (1914-1957), jornalista, cronista e contista, deixa-nos no seu livro *Cheon Sam, A Cabaia*, um conjunto de contos nos quais encontramos uma galeria

magnífica de mulheres chinesas de condição social variada, com os problemas inerentes às mulheres chinesas da primeira metade do século. Nem todas as narrativas se referem a mulheres, mas elas são a maior parte das personagens principais. É uma visão de simpatia em relação ao Outro, uma forma de irmanar-se, de solidarizar-se que é duma enorme delicadeza de sentimentos e de escrita. As estórias são contadas com a maior simplicidade. Tudo é natural, porque “é assim”: a vida e a morte, o amor contrariado e sofrido, as ilusões e as desilusões. Através dos contos de Deolinda da Conceição, o leitor pode penetrar num mundo que lhe é estranho. Contudo, não é o exótico que ressalta das narrativas de Deolinda da Conceição: é a condição humana, a solidariedade, tudo aquilo que irmana homens, mulheres e crianças do mundo inteiro. É ler, por exemplo, o conto “Sai Iong Cuai” (“Demónios do Ocidente”, significando os Portugueses) e a mudança de atitude provocada pela generosidade/ solidariedade do homem de voz autoritária...

A primeira obra conhecida de Henrique de Senna Fernandes (1915-) é um conto, “A-Chan, a Tancareira”, premiado num concurso literário na Universidade de Coimbra, em 1957. Publicado posteriormente na Antologia “Nam Van, Contos de Macau”, depois de ter sido publicado em Angola.

Dois romances, *Amor e Dedinhos de Pés* e *A Trança Feiticeira* e um outro volume de contos, *Mong Há*, completam a obra publicada deste grande senhor macaense, admirador confesso de Eça de Queirós e de Camilo Castelo Branco, enquanto cultores da língua portuguesa, mas inclinando-se mais para modelos anglo-saxónicos no que à arte da narrativa se refere. Para H. Senna Fernandes o importante é saber contar bem uma boa história. Charles Dickens é um modelo a seguir e a que se refere com entusiasmo.

Retomemos o que vínhamos a dizer: A narrativa ficcional macaense não se envolve em questões coloniais, na procura da libertação ou da independência. A dimensão territorial de Macau jamais lhe permitiria a independência ou sequer o estatuto de Cidade Estado (como Singapura), desejado por alguns antes de 1999. O chamado “Regresso/retorno à mãe pátria” viria a acontecer em 1999 e não era, decididamente, o sonho dos macaenses, dos escritores macaenses. Talvez fosse o sonho de alguns chineses de Macau, mas que não aparece expresso em moldes literários.

Na poesia, encontramos, e vez em quando, a referência a uma identidade mista, a uma indefinição que lhes é, a um tempo, grata e dolorosa....

Exemplo disso é o poema “Filhos de Macau”—Paixão e orgulho, de Leonel Alves onde encontramos o orgulho da miscigenação:

*Cabelos que se tornam empre escuros
Olhos chineses e nariz ariano
Costas orientais, peito lusitano,
Braços e pernas finos mas seguros.
Mentalidade mista. Tem dextreza
no manejo de objectos não pensados.
Tem gosto por Pop songs mas ouve fados;
Coração chinês e alma portuguesa
casa com a chinesa por instinto
Vive de arroz e come bacalhau,
Bebe café, não chá, e vinho tinto.
É muito bondoso quando não é mau
Por interesse escolhe o seu recinto
Eis o autêntico filho de Macau.*

Esse mesmo orgulho surge no prefácio 4 edição Cheong Sam, por A.C. Júnior, filho da autora:

“Deolinda da Conceição, Luís Gonzaga Gomes, Adé dos Santos Ferreira, para só falar de alguns desaparecidos de entre os vivos, são bandeiras que orgulham os Macaenses, e a sua escrita é a afirmação da sua escrita, da riqueza da nossa miscigenação.

Mesmo quando nos ignorem, não deixamos de existir. Existir é a nossa força. Fomos e somos aqueles que legitimámos a presença portuguesa. Porque aqui nascemos falando em português.”

Estamos, pois, em presença de um discurso assertivo, de pura legitimidade, transparecendo nele, embora, a mágoa de certa indiferença da Mãe-Pátria (=Portugal) em relação a estes seus filhos distantes e algo “diferentes”.

Se alguma vez se pode falar num discurso colonial, embora não nos termos daquilo que hoje parece ser o cânone das literaturas coloniais e pós-coloniais, é nos textos que atrás designei por literatura de Macau, textos de autores que ali viveram mais ou menos longos anos e cuja postura é sempre a do olhar reinol sobre os filhos da terra. Esse olhar pode ter sido de um certo deslumbramento, de rendição ao fascínio do Oriente, como acontece com Camilo Pessanha, o grande poeta do Simbolismo que se rendeu ao Oriente e dele fez a sua casa e a sua última morada, ou com Jaime do Inso, vencedor do prémio literário instituído pela Agência Geral das Colónias (depois Ministério do Ultramar), na categoria de romance, ou ainda com as vagas sucessivas de visitantes e funcionários que se deixam imbuir do sono oriental: Maria Ondina Braga, cuja experiência de cerca de cinco anos em Macau se traduz numa influência inegável na sua obra (*A China fica ao lado*, *O Jantar Chinês*, *Nocturno em Macau*) e João Aguiar (*Os Comedores de Pérolas*, *Dragão de Fumo*) ou Altino Tojal (*Contos de*

Macau), visitantes fugazes que interpretam de forma muito vivida as suas impressões e a cultura local.

Outros, como António Correia (*Contos de Ou Mun*), Avelino Rosa (*Macau, via Hong Kong*), descobrem em Macau uma vocação para a escrita. E temos Josué da Silva, Carlos Morais José, Fernanda Dias, ou Rodrigo Leal de Carvalho, talvez de entre todos o autor que alimenta o discurso mais colonial e mais pós-colonial na visão que dá de Macau e da sua sociedade: uma visão extremamente crítica, de um humor que chega a roçar o sarcasmo.

Rodrigo Leal de Carvalho viveu em Macau desde os anos 50 até ao final de 1999. Magistrado, R.L. Carvalho teve oportunidade de conhecer pessoas de todas as condições sociais e de todas as origens, terá possivelmente encontrado inspiração em algumas situações que testemunhou ou lhe foram relatadas.

O seu primeiro romance, *Requiem por Irina Ostrakoff*, foi galardoado com o Prémio Camilo Pessanha, em 1993.

Na *Apreciação Crítica* que inicia a segunda edição do romance, de 1995, Ana Paula Laborinho aproxima este romance da temática existencialista de Virgílio Ferreira e de Raul Brandão, seu iniciador em Portugal. É bem sensível o processo irónico da descrição da partida do Governador após a morte de Irina, depois de cuidadosamente ter sido limpa a mancha de suor deixada pela moribunda no Austin Princess de sua Excelência.

Cito A.P. Laborinho: “Este processo irónico consegue um processo de amplificação que faz a história transcender o tempo que reproduz, assim como os dramas individuais que representa. Em particular, o fugaz mundo de Macau ganha um valor transtemporal que constitui afinal o subreptício “pisar de olho” que o autor lança ao leitor; trata-se de uma narrativa publicada em 1992 (...) que, de algum modo,

reconhece nesse Macau do passado os traços prefiguradores do presente. (...) há um efeito de passagem que desloca o drama da personagem para a condição humana.”

Requiem por Irina Ostrakoff é o primeiro de uma série de títulos publicados entre 1992 e 2000:

Os Construtores do Império, 1994;

A IV Cruzada (novela), 1996;

Ao Serviço de Sua Magestade, 1996;

O Senhor Conde e as suas três Mulheres, 1999;

A Mãe, 2000.

Em 2005, R.Leal de Carvalho colabora numa iniciativa do jornal Ponto Final e da editora Livros Oriente, publicando semanalmente neste jornal, sob a forma de folhetim, o romance *As Rosas Brancas do Surrey*.

No mesmo ano, publicou *O Romance de Yolanda*.

Os traços comuns a todos estes romances são essa mesma amarga ironia que marca o primeiro e que acaba por se traduzir numa acutilante crítica social, e o lugar de acção: Macau, ora *locus horribilis*, ora *locus amenus*, lugar de intrigas e interesses mesquinhos a par da sua beleza e dos recantos aprazíveis do seu espaço físico.

Da paisagem humana de Macau, aquela que condiciona as histórias, os escândalos e os problemas, os casamentos felizes e as traições torpes, os amores e os desamores, os ciúmes, os boatos, os “chistes” e as indignações, os dramas pessoais e toda a comédia social, destaca-se um grande número de figuras femininas, sempre, ou quase sempre macaenses, isto é “filhas da terra”, ansiosas por arranjar um marido, em especial um “reinol” bonitão, de família abastada ou, melhor ainda, aristocrática.

A ironia, que confere uma verdadeira dimensão trágica ao primeiro romance do autor, é a figura da narrativa que domina toda a obra. É uma ironia persistente, por vezes a raiar o sarcasmo, pondo em cheque a “sociedade macaense”, as suas fragilidades, os seus anseios, dando por vezes uma ideia de ausência de interesses nobres, resumindo os objectivos ao poder económico, à promoção social, seja pelo casamento, seja por outros meios.

Os Construtores do Império tornar-se-ão referência a uma certa promiscuidade e às relações ilícitas numa cidade onde as aparências fingiam ser guardiãs da moralidade.

O quarto romance, *Ao Serviço de Sua Magestade*, é possivelmente aquele em que o “retrato de Macau” sai mais favorecido, pese embora a constante alusão à maledicência e às rivalidades entre as famílias (e especialmente entre as mulheres) da sociedade. A postura colonialista do Império Britânico, cujos rígidos regulamentos cortam cerce a prometedora felicidade da jovem Detti, a protagonista, é esmiuçada e denuncia uma realidade incontornável: os jovens cadetes britânicos que em Macau são iniciados nos mistérios da língua cantonense (e não só) e que são recebidos em casa das melhores famílias, não são autorizados a ter um envolvimento sério e contrair casamento com “nativas”, “halfcaste”, mestiças...ainda que de famílias com pergaminhos e boa educação. Mais: a vida dos dois jovens cujo casamento é cruamente impedido por “razões de estado” segue caminhos divergentes, cujos rumos posteriormente se alteram e lhes propiciam um encontro fugaz e embaraçoso. É Detti quem salva a situação embaraçosa no momento em que Archibald MacGuire, Governador da Bermuda, parece reconhecê-la e se mostra perturbado. Detti revela-se bondosa e lutadora e é como tal que parte, só, disposta a tudo para não deixar magoada

a mulher de Archie. “Tough cookie”, como se auto-classifica Detti, ela lutará sempre pela alegria de viver, pelo momento seguinte, por uma dignidade de que nunca abdicou.

O Senhor Conde e as Suas Três Mulheres oferece-nos novamente a sátira algo subtil da sociedade macaense, com as mulheres rendidas aos “encantos” do Conde de Barca d’Alva, aristocrata “autêntico” um bom partido para as jovens locais, presas fáceis para um conquistador experiente, aliás casado, aliás, não um bom partido, aliás capaz de se aproveitar dos favores de uma jovem mulher honesta e crédula e acabando por fugir com a criadita chinesa daquela.

A comédia social é, neste romance, bem evidente. A acção divide-se entre Macau e Lisboa. O conde alterna também entre a abundância e a falta de dinheiro, entre a inexorável mulher legítima, Hildegarde, que o força a sair de Portugal quando lhe descobre as traições e a doce macaense Catarina Manhão, Kate, disposta a sacrificar por ele a sua honra e o seu património... Também Kate será traída e abandonada: o Conde sucumbirá aos encantos de Siu-Fá (Florzinha), a criadinha chinesa de Kate, cúmplice e confidente dos amores desta com o Conde de Barca d’Alva. O Conde e Siu-Fá fogem para a Europa e acabarão por casar. O desfecho do romance é um momento de ternura: de regresso a Macau, viúva, Siu-Fá, aliás Marta, Condessa de Barca d’Alva despede-se da sua mãe patroa, a quem pede ansiosamente perdão e sobre cujo túmulo espalha as cinzas do marido, o homem que Kate amou como ninguém.

Neste romance, tal como em *O Romance de Yolanda*, ressurgem as personagens dos romances anteriores. Tal como o espaço geográfico de Macau, a sociedade macaense, “existe”, vai marcando presença e sendo mencionada. Desviados do protagonismo, os Penha-e-Nantes, são exactamente a grande família da Casa Rosada, que recebe bem toda a juventude e tem capacidade de resistir ao desaire do casamento desfeito de Odete Maria, Detti.

Mas Yolanda não se apresenta com a dignidade de Detti ou de Kate.

Num posicionamento mais marcadamente satírico, o narrador apresenta-nos uma macaense sensual até ao exagero, promíscua, ávida de dinheiro e ávida de amor. (De novo a ironia. De novo a crítica impiedosa, mas sobretudo o interesse por uma pessoa que não encarna um ideal, mas tenta imaginar uma outra realidade...)

A leitura de *O Romance de Yolanda* leva-nos até aos *bas-fonds* da sociedade macaense, a miséria do jogo, das salas de diversão. Com um primeiro casamento falhado e após alguns devaneios, Yolanda envolver-se-á com um filipino que faz crer ser rico e que apenas pretende obter o BIR que lhe daria o direito de estar em Macau e um passaporte português. Sentindo-se traída, Yolanda acabará por denunciar o paradeiro do noivo que não passou de amante e este, quando passa junto dela, algemado, cospe raivosamente sobre ela, numa manifestação de absoluto desprezo..

Escritos antes ou depois do *hand-over*, não hesito em considerar “literatura colonial” as obras de R. L. de Carvalho.

O léxico, as formulações morfossintáticas típicas do falar macaense aparecem com maior frequência na obra de Leal de Carvalho do que nas dos macaenses Senna Fernandes ou Deolinda da Conceição, empenhados ambos no uso de um vernáculo que é timbre das élites cultas de Macau

Também, num toque de exotismo, Leal de Carvalho emprega frequentemente no discurso directo palavras e expressões em língua inglesa, também elas indicadoras do nível social da personagem. (As “boas famílias” usavam frequentemente o inglês em casa).

Senna Fernandes faz algumas cedências ao cantonês, nas falas de personagens de origem chinesa e geralmente de baixa condição social.

Concluimos retomando a ideia de uma literatura em que o colonial e o pós-colonial se confundem, quando se trata de autores locais, pois é sua ambição (confessa, no caso de Senna Fernandes), ser considerado autor nacional, autor de uma literatura em língua portuguesa, de pendor universalista. Macau assume, na sua obra, foros de uma utopia, de um paraíso de harmoniosa convivência entre os homens.

Leal de Carvalho, por seu turno, representa esse olhar crítico sobre uma sociedade que nos apresenta sobretudo através das suas fraquezas.

Referências bibliográficas

- ASTIER LOUFTI, Martine. *Litterature et colonialisme: l'expansion coloniale vue dans la litterature romanesque franyaise*. Paris: Mouton, 1971.
- BOEHMER, Elleke. *Colonial and postcolonial literature: migrant metaphors*, 2nd ed. Oxford University Press, 2005.
- COELHO, Eduardo Prado. “A utopia num mundo imperfeito”. *Jornal do Brasil*. Caderno “Idéias”, 19 de agosto de 1990.
- FERRO, Marc. *Histoire des colonisations, Des conquêtes aux indépendances (XIIIe - XXe siècles)*. Paris: Seuil, 1994.
- HARASYM, Sarah. Ed. *The Post-Colonial Critic (Interviews, Strategies, Dialogues)*, New York: Routledge, 1990.
- LOOMBA, Ania. *Colonialism/Postcolonialism*. New York: Routledge, 1998.
- PEPETELA, *A Geração da Utopia*. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- VENÂNCIO, José Carlos. *A dominação colonial. Protagonismos e heranças*. Lisboa: Editorial. Estampa, 2005.